

# 14

## **Rocha Pombo: entre o movimento abolicionista paranaense e o evolucionismo social na virada do século XIX para o XX**

## **Rocha Pombo: between the abolitionist movement in Paraná and the social evolutionism at the turn of the 19th to the 20th century**

---

**Gusttavo Guth**

*Mestrando em Direito pela Universidade Federal do Paraná*

DOI: 10.47573/aya.5379.2.94.14

## RESUMO

A pesquisa pretende examinar a trajetória biográfica do jornalista e escritor paranaense José Francisco da Rocha Pombo (1857-1933) a fim de destacar suas contribuições e opiniões a respeito do movimento social e político que, com o propósito de lutar pelo fim da escravidão, surgiu no Brasil na segunda metade do século XIX. Para este fim, são analisados os principais periódicos da província do Paraná, onde Rocha Pombo nasceu, publicados entre os anos de 1870 e 1888, os quais registraram momentos de sua vida política e para os quais ele escreveu diferentes artigos. Também são examinados os dois primeiros volumes de sua obra “Historia do Brazil”, publicados no Rio de Janeiro a partir de 1905, com enfoque nas partes que refletem sobre a contribuição da população negra, na visão do autor, para o desenvolvimento do país. Dessa forma, quer-se demonstrar que, mesmo apoiando o movimento abolicionista que contribuiu para o fim formal da escravidão em 13 de maio de 1888, Rocha Pombo mantinha uma visão racista e excludente da população que recém se tornava livre no Brasil. Como conclusão, evidencia-se que o escravo, ainda que tenha se integrado à sociedade brasileira com a abolição da escravatura, não foi por ela plenamente reconhecido.

**Palavras-chave:** Rocha Pombo. Paraná. escravidão. abolição. evolucionismo social.

## ABSTRACT

The research intends to examine the biographical trajectory of the journalist and writer José Francisco da Rocha Pombo (1857-1933) in order to highlight his contributions and opinions regarding the social and political movement that, with the purpose of fighting for the end of slavery, emerged in Brazil in the second half of the 19th century. To this end, the main periodicals of the province of Paraná, where Rocha Pombo was born, published between 1870 and 1888, which recorded moments of his political life and for which he wrote different articles, are analyzed. The first two volumes of his work “Historia do Brazil”, published in Rio de Janeiro from 1905 onwards, are also examined, focusing on the parts that reflect on the contribution of the black population, in the author’s view, to the development of the country. In this way, I want to demonstrate that, even supporting the abolitionist movement that contributed to the formal end of slavery on May 13, 1888, Rocha Pombo maintained a racist and excluding view of the population that had just become free in Brazil. As a conclusion, it is evident that the population of slaves, even though it was integrated into Brazilian society with the abolition of slavery, was not fully recognized by it.

**Keywords:** rocha pombo. Paraná. slavery. abolition. social evolutionism.

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa divide-se em duas partes. Na primeira parte, a ideia é examinar a atuação de Rocha Pombo no movimento abolicionista paranaense, entre os anos de 1870 e 1888, a partir de sua trajetória na imprensa, na política e nas associações que surgiam nesse período. Como fontes para essa parte, foram analisados os periódicos encontrados no acervo digital de jornais e revistas organizado pela Biblioteca Nacional.<sup>1</sup> Como metodologia para a busca de tais periódicos, foram selecionados todos aqueles que continham menções às palavras

<sup>1</sup> Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 15 set. 2020.

“Rocha Pombo” nos períodos de 1870-1879 e de 1880-1889, primeiro em todos os estados do Brasil e, depois, especificamente no estado do Paraná.

Na segunda parte, analisa-se o modo pelo qual Rocha Pombo descreveu tanto a formação do povo brasileiro desde o século XV até os dias em que vivia, quanto o próprio movimento abolicionista do qual anos antes ele havia participado. Como fonte para esta parte, foram analisados os dois primeiros volumes de sua obra “Historia do Brazil”, publicados a partir de 1905 no Rio de Janeiro, especialmente os excertos que tratam da contribuição da população negra para a formação e desenvolvimento do país.

A partir disso, pretende-se evidenciar o seu papel de destaque no movimento abolicionista paranaense e, da mesma forma, a visão inferiorizada e docilizada que ele mantinha a respeito dos escravos no Brasil. Considerando que Rocha Pombo foi um personagem que circulou por diferentes âmbitos das sociedades paranaense e carioca, como a imprensa, a política e os salões das elites, entende-se que a análise de sua trajetória biográfica, assim como de suas obras, pode dar indícios sobre o que a sociedade brasileira da virada do século XIX para o XX pensava a respeito da população negra.

## **A ATUAÇÃO DE ROCHA POMBO NO MOVIMENTO ABOLICIONISTA PARANAENSE**

O movimento abolicionista brasileiro caracterizou-se como uma campanha contínua de duas décadas, entre o fim dos anos de 1860 e o ano de 1888, quando a escravidão foi oficialmente extinta pela Lei nº 3.353 de 13 de maio, a partir da qual associações criadas por todo o país – não somente nas grandes cidades, mas também no interior –, com diferentes estratégias e modos de ação, reuniram um extenso número de pessoas com o objetivo principal de lutar pelo fim da escravidão (ALONSO, 2015, p. 354-355).

Este movimento social, de caráter nacional, pôde criar suas bases no fim dos anos de 1860, quando surgia no país um cenário propício para a sua emergência. Segundo Angela Alonso, de um lado, ocorria ciclos de abolições em vários países, servindo, assim, de base e inspiração política para os abolicionistas brasileiros. De outro lado, no contexto nacional, a aceleração da urbanização e a realização de diferentes reformas no país propiciaram a formação de um espaço público mais amplo de discussões, notadamente entre as populações das grandes cidades (ALONSO, 2015, p. 17-18).

O início do movimento, porém, deu-se num círculo fechado e dominado pelas elites do país. Seus membros eram ainda em sua maioria “viscondes, barões, ocupantes de bons postos públicos e com acesso aos partidos”. Havia entre eles um novo padrão de sensibilidade: motivados pelo estilo de vida moderno, em que novos meios técnicos, como a ferrovia, o vapor e a tipografia, facilitavam a difusão de ideias e informações, esses indivíduos passaram a ver a escravidão como uma instituição arcaica e incompatível com a modernidade. As primeiras associações abolicionistas, que já passavam a incluir mulheres em suas reuniões, defendiam a abolição gradual da escravidão, assim como o incentivo à imigração e à pequena propriedade rural (ALONSO, 2015, p. 39).

Contudo, a resistência a mudanças sociais era forte no país. Os modelos culturais es-

trangeiros e a expansão das profissões liberais, do comércio urbano e da administração pública, certamente, aceleraram o desgaste da sociedade tradicional brasileira, fundada no poder patriarcal do homem que cumpria, no espaço privado e doméstico, os papéis de pai, marido e senhor de escravos (SEELANDER, 2017, p. 368). No entanto, se foi possível redimensionar alguns de seus aspectos, por exemplo a partir da luta abolicionista, não foi possível eliminá-los por completo.<sup>2</sup>

Ainda assim, o movimento abolicionista conquistou muitos adeptos nas províncias do império. No Paraná, região ao sul do país, ele teve início a partir do ano de 1870 com a fundação de diversos periódicos, na imprensa local, com vistas a difundir a propaganda contrária à escravidão. Em julho desse ano, na cidade de Paranaguá, um dos redutos escravagistas da província, Barros Júnior pioneiramente lançou o periódico “Operario da Liberdade”, marcando, nos dizeres de Romário Martins, o início da “imprensa livre, francamente abolicionista, democrática e exaltadamente liberal” (1995, p. 403).

Nesse contexto, quando ainda possuía 22 anos, Rocha Pombo ingressou nos debates públicos com a fundação de seu primeiro jornal, “O Povo: orgao dedicado a cauza popular”, no ano de 1879 (PILOTTO, 1976, p. 12). Com ele, apresentou-se aos seus leitores como sendo “em primeiro caso reformista”. Na visão do paranaense, nos últimos cinquenta anos, em comparação aos países da Europa ou da América Latina o Brasil pouco havia mudado – e isto por conta especialmente da falta de iniciativa do imperador D. Pedro II em realizar reformas tão importantes para que o país progredisse.

É com esta tonalidade que ele se apresenta como defensor da república:

Devo antes dizer que eu não quero em absoluto a republica, e se desejo o seu estabelecimento, como uma forma de governo fecunda, porque põe em actividade todas as forças sociaes, todas as aptidões, não o quero a não ser pela evolução natural e expontanea de vida das nações. Creio que não ha um só brasileiro que não abrace, que não applauda as grandes reformas de que o paiz tem necessidade: e é isto o que eu tambem almejo, porque estou certo e a historia nol-o diz, que o espirito de reforma é a alma da sociedade. (...) Agora que culpa tenho eu que o rei queira olhar os reformistas como seus inimigos?<sup>3</sup>

As reformas que Rocha Pombo desejava envolviam sobretudo a liberdade da população. Em seu jornal, por exemplo, no dia 6 de julho de 1879, foi publicada uma metáfora que criticava a atuação do imperador: os integrantes do governo reduzem o povo a “uma peça inútil da nossa grande machina social, e dizem-hle com o desplante cynico de um dono de escravos: Prohibimos-te que penses”.<sup>4</sup> Aliás, em termos concretos, eram essas as liberdades que o povo deveria, segundo ele, pleitear:

Mas nos queremos garantia plena de nossos direitos sociaes, queremos liberdade de consciencia, liberdade de cultos, liberdade de animo, secularisação de cemiterios, casamento civil, emfim libertar-nos do poder clerical, queremos tomar parte, preponderar na governação do paiz, ou antes governar-nos a nos mesmos: queremos tudo isso, e mais do que isso, mas o rei não quer... (...) O que fazer pois? O povo soffre a oppressao, sem achar, sem poder lançar mao de remedio algum... perante o rei nao ha vontade, nao ha

<sup>2</sup> Para Airton Seelander, esses mecanismos domésticos de controle e violência permaneceram na sociedade brasileira, mesmo após a abolição da escravidão e a proclamação da república. “Parecendo confirmar-se por experiências pessoais concretas e reforçados aqui e ali pelo senso comum conservador, alguns resquícios do imaginário do Antigo Regime revelaram em nosso país um notável grau de resistência, tanto que seguiram inspirando facções sertanejos e penas de letrados”. Como exemplo dessa permanência, ele escreve: “Mesmo nos centros urbanos mais adiantados, verificaram-se após 1888 numerosos casos de conversão de cativas em criadas de seus antigos senhores, havendo-se formal ou informalmente mantido sob roupagens contratuais os antigos laços domésticos, as expectativas de ‘lealdade’ e ‘proteção’ e – em certa medida – mesmo os elos de dominação” (SEELANDER, 2017, p. 397-399).

<sup>3</sup> O Povo; orgao dedicado a cauza popular. Morretes, p. 2. 19 fev. 1880.

<sup>4</sup> O Povo; orgao dedicado a cauza popular. Morretes, p. 3. 6 jul. 1880.

poder...<sup>5</sup>

Dez anos antes da proclamação da República, assim, o paranaense já fazia críticas ao sistema político imperial, além da defesa de ideais republicanos, na imprensa local.<sup>6</sup>

Em dezembro de 1880, Rocha Pombo participou da primeira edição da “Revista Paranaense”<sup>7</sup> com um texto, dividido em duas partes, chamado “A questão negra”. Na ocasião, ele enalteceu a força do movimento abolicionista na sociedade brasileira, que, por meio dos “talentos lucidos da nova geração”, encontrava-se na imprensa, nos clubs, nas associações emancipadoras e nas conferências públicas, representando uma “grandiosa aspiração do momento”.<sup>8</sup>

No entanto, o jornalista, ainda que apoiasse a abolição da escravidão em nome dos sentimentos humanitários e da civilização, entendia que a questão também deveria ser vista pelo viés econômico, já que a lavoura, “a maior, quasi a unica fonte de renda do paiz”, dependia profundamente do trabalho escravo. Nesse sentido, considerando que a libertação gradual dos escravos seria inviável, Rocha Pombo defendia que somente com o incentivo do governo à imigração e à preparação do braço livre seria possível realizar a abolição sem prejuízo à lavoura.<sup>9</sup>

Naquele momento, porém, nos dizeres do paranaense, o governo nutria um “desprezo inaudito e anti-patriotico” pela renovação das forças produtivas do país. E por isso mesmo “o partido abolicionista se levanta altivo ante o governo, para dizer-lhe: - si não vos importastes até hoje com a industria livre, libertai os escravos!”. Para Rocha Pombo não restava opção exceto apoiar os jovens abolicionistas, não somente pelo sofrimento da população negra mas especialmente pelos interesses da nação: “Mas o que a – instituição – tinha de pior não era escravizar e vilipendiar a raça africana: era obstar a affluencia de elementos sãos para a vida economica do paiz”.<sup>10</sup>

Em 1881, o jornalista também começou a escrever trabalhos literários.<sup>11</sup> Para o seu amigo, o crítico literário Nestor Victor, naquele momento, “nenhum paranaense subira intelectualmente tão alto perante a opinião de seu meio, nenhum fizera carreira tão vertiginosa na imprensa e nas letras” (1969, p. 63). No ano de 1883, Rocha Pombo passou a morar em Castro, no interior do Paraná, onde se casou com Carmelita Madureira Azambuja, filha de fazendeiros locais. Nesse ano, fundou na cidade o periódico “Echo dos Campos”, em cuja primeira edição destacou os seus propósitos com o novo projeto:

A nossa missão é a que cabe à imprensa em todo o mundo. Espalhar ideas, lutar pela victoria dos bons principios; defender os interesses geraes da industria, da lavoura, do commercio; pôr-se ao lado da justiça e da liberdade; contribuir finalmente para o progresso de todas as instituições sociaes... eis ahi: é essa a tarefa sublimada da imprensa moderna. Não pode deixar de ser também a nossa.<sup>12</sup>

<sup>5</sup> *Ibidem*, p. 1.

<sup>6</sup> Segundo Maria Tarcisa Silva Bega, Rocha Pombo foi, nos primeiros 20 anos de trabalhos na imprensa, “um dos jornalistas de maior expressão, quer como fundador do primeiro jornal abolicionista em Morretes em 1879, quer pela direção de outros, ao longo da década de 1880, em Curitiba. Sua atuação foi sempre a de produzir um jornalismo político de militância republicana e abolicionista” (2013, p. 79).

<sup>7</sup> Editado por Luiz Coelho na capital da província, Curitiba, o periódico tinha como objetivo promover “a revolução pacifica e civilisadora da sociedade” por meio das “armas da palavra e da penna” e, considerando que um dos traços mais característicos do povo do século XIX seria o amor pela instrução, defendia que a imprensa era “o clangoroso e incessante porta-vóz da civilização, que se deve essa boa tendencia da educação popular” (Revista Paranaense. Curitiba, p. 4. 15 jan. 1881).

<sup>8</sup> Revista Paranaense. Curitiba, p. 19. 15 jan. 1881.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 21-23.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 24-26.

<sup>11</sup> Em 1882, Rocha Pombo publicou os romances “A Honra do Barão” e “Dadá ou a boa filha” e o ensaio “A Supremacia do Ideal”. No ano seguinte, publicou outro ensaio chamado “A religião do belo”.

<sup>12</sup> Echo dos Campos. Castro, p. 1. 17 mar. 1883.

Por conseguinte, ao longo da década de 1880, mesmo com a resistência dos proprietários de escravos, existia uma maior circulação de novas ideias na imprensa e a causa abolicionista, assim, ganhava cada vez mais visibilidade na sociedade paranaense. A propaganda influenciou, inclusive, ações do governo provincial.

No ano de 1880, por exemplo, o presidente da província, Dr. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho, havia informado, em relatório oficial do governo, que foi contabilizado no Paraná um total de 10.088 escravos<sup>13</sup> e, dois anos depois, o presidente provincial Dr. Carlos Augusto de Carvalho relatou que, desde que o fundo de emancipação do governo havia sido implementado na metade da década de 1870, 102 escravos foram libertados.<sup>14</sup> No mesmo sentido, em 23 de agosto de 1885, após a demissão de Antonio Alves de Araujo da presidência da província, o periódico “Dezenove de dezembro” fez elogios a sua administração, notadamente “a eficaz e nobre solicitude com que animou o movimento emancipador da província, traduzido em cerca de 800 manumissões no tempo do seu governo”.<sup>15</sup>

Em 1886, Rocha Pombo, então com 29 anos, também envolveu-se com a arena política. Ele foi eleito deputado provincial pela cidade de Castro e garantiu, dessa forma, um lugar na 17ª assembleia legislativa provincial, para os anos de 1886 e 1887.<sup>16</sup>

A primeira sessão da assembleia legislativa no ano de 1886 ocorreu somente em 30 de outubro. Nesta ocasião, o presidente da província do Paraná, Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, apresentou relatório aos deputados a respeito de diferentes aspectos da administração da província. Sobre o “elemento servil”, ele destacou que, a partir da reunião das juntas de classificação, utilizadas para a distribuição dos valores do fundo de emancipação entre as cidades, foram registrados 4.807 escravos no Paraná, sendo a cidade com maior número a capital, Curitiba, que possuía 579 escravos.<sup>17</sup> Percebe-se, assim, que o número de escravos, se comparado ao referido registro oficial de 1880, estava reduzindo na província.

No ano de 1887, considerando a atuação da assembleia provincial da qual Rocha Pombo fazia parte, houve também importantes avanços para o combate à escravidão no Paraná.

Vale ressaltar, por exemplo, a 8ª sessão ordinária da assembleia, datada em 7 de março de 1887 e presidida por Antonio Alves de Araujo, na qual se discutiu projeto de lei para criar um imposto sobre cada escravo registrado na província, diminuindo assim o incentivo ao trabalho escravo, conforme sustentou o deputado Vicente Machado.<sup>18</sup> O projeto foi aprovado, tornando-se a Lei nº 883 de 14 de março de 1887, de modo que foi criado imposto sobre a venda de escravos que saíssem da comarca em que estivessem matriculados (ALVES, 2014, p. 290).

13 “Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho passou ao Exm. Snr. Dr. João José Pedrosa a administração da Província em 4 de agosto de 1880”. Curitiba, p. 18. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano1880MFN675.pdf>. Acesso em: 8 set. 2020.

14 “Relatório apresentado a Assembléa Legislativa do Paraná por ocasião da instalação da 1ª sessão da 15ª legislatura no dia 1º de outubro de 1882 pelo Presidente da Província o Exm. Sr. Dr. Carlos Augusto de Carvalho”. Curitiba, p. 82-83. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano1882MFN836.pdf>. Acesso em 8 set. 2020.

15 Dezenove de dezembro. Curitiba, p. 1. 23 ago. 1885.

16 A composição da 17ª assembleia legislativa provincial foi definida em eleições nos dias 16 e 17 de janeiro de 1886. Apesar de naquele momento o governo da província do Paraná ser conservador, já que estiveram na presidência da província o Dr. Alfredo Taunay e, depois, o Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho (ALVES, 2014, p. 283), foram eleitos doze deputados liberais e dez deputados conservadores (Dezenove de dezembro. Curitiba, p. 1. 26 fev. 1886). Na nova composição da assembleia, a presidência e a vice-presidência ficaram com os deputados liberais Manoel Alves de Araujo e Generoso Marques dos Santos, respectivamente. Além disso, todos os cargos nas comissões da câmara foram ocupados por deputados liberais (ALVES, 2014, p. 282-283).

17 “Relatório do Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, presidente da província do Parana, por ocasião da abertura da 1ª sessão da 17ª legislatura, no dia 30 de outubro de 1886”. Curitiba, p. 17. Disponível em: [http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/re\\_1886\\_b\\_p.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/re_1886_b_p.pdf). Acesso em 8 set. 2020.

18 Dezenove de dezembro. Curitiba, p. 2. 18 mar. 1887.

No mesmo sentido, representando mais um obstáculo idealizado pelo governo provincial aos proprietários de escravos, destaca-se a Lei nº 887 de 22 de março de 1887, a partir da qual, de um lado, foi criada taxa para quem quisesse vender seus escravos e, de outro, foram estabelecidas isenções das dívidas da fazenda provincial para os proprietários que libertassem seus escravos (ALVES, 2014, p. 291).

Nesse contexto, os abolicionistas paranaenses já encontravam adeptos entre os integrantes do governo provincial. Contudo, seus espaços de atuação foram muito além do âmbito estritamente político. A partir de diferentes estratégias, como a organização de conferências-concerto, espetáculos teatrais e comícios políticos, o movimento abolicionista começava a preencher a esfera pública com uma retórica repleta de denúncias e críticas à escravidão. No Brasil, entre 1878 e 1885, o associativismo cresceu exponencialmente. Nesse período, foram criadas 227 associações presentes em todas as províncias do império (ALONSO, 2015, p. 181). No Paraná, por sua vez, entre 1880 e 1888 foram criadas pelo menos dez associações abolicionistas, distribuídas por toda a província.<sup>19</sup>

Vale dizer que, a partir do momento em que essas associações permitiram e incentivaram a presença de mulheres e crianças nos eventos públicos, o movimento abolicionista contribuiu também para o enfraquecimento do poder patriarcal no espaço doméstico das famílias brasileiras.

No imaginário social do país, durante o século XIX, o mundo doméstico era ainda permeado por um amplo poder disciplinar descentralizado e não estatal, legitimado pelo costume e pela “naturalização do corriqueiro”, a partir do qual o homem possuía domínio ilimitado sobre sua mulher, seus filhos e seus escravos (SEELANDER, 2017, p. 329; 338).

Porém, quando o movimento abolicionista passou a incentivar a participação nos espaços públicos de todas as pessoas que se comprometessem com o fim da escravidão, inclusive mulheres, crianças, ex-escravos e outros integrantes de camadas sociais mais baixas, o poder doméstico enfraqueceu-se em dois sentidos: tanto no aspecto patriarcal, visto que as mulheres passaram a ter mais espaço de atuação dentro do movimento, quanto no aspecto senhorial, já que se defendia a interferência direta do Estado no espaço doméstico para corrigir os abusos e disfunções que existiam entre os proprietários e seus escravos, extinguindo-se por completo essa forma de sujeição.

Por exemplo, no contexto paranaense, é importante sublinhar a atuação da “Sociedade Libertadora do Paraná”, que foi uma associação abolicionista criada no dia 28 de setembro de 1883, em Curitiba, exclusivamente por mulheres – com 86 sócias inicialmente.<sup>20</sup> Suas integrantes organizavam festas e eventos públicos de caridade, com vistas a arrecadar fundos para comprar cartas de liberdades para os escravos da cidade.<sup>21</sup>

<sup>19</sup> Segundo Angela Alonso, foram criadas as seguintes associações abolicionistas no Paraná: Sociedade Emancipadora de Campo Largo (1880), Associação Emancipadora Paranaense (1883), Sociedade Libertadora do Paraná (1883), Centro Abolicionista do Paraná (1884), Centro Português Redemptor de Escravos (1884), Libertadora de Chopim (1884), Libertadora de Palmas do Sul (1884), Centro Abolicionista de Corityba (1885), Club Abolicionista Paranaense (1885) e, por fim, Confederação Abolicionista Paranaense (1888) (ALONSO, 2015, p. 437-446).

<sup>20</sup> Diário do Paraná. Curitiba, p. 6. 28 set. 1982.

<sup>21</sup> Como exemplo de um desses eventos públicos organizados pela associação, foi encontrada notícia publicada no periódico “Dezenove de dezembro”, segundo a qual ocorreria no dia 3 de novembro de 1883, no Salão Pedro Henriques, em Curitiba, “um grande concerto oferecido por distintas senhoras, com o concurso de alguns illustres amadores de uma sociedade”. Diz a redação do periódico que “E’ tão elevado o fim a que se destina o benefício que lhe auguramos um esplendido successo” (Dezenove de dezembro. Curitiba, p. 2-3. 27 out. 1883). Na edição seguinte do periódico, foi exposto o programa do referido evento. Nele consta como integrantes da diretoria da associação Maria A. Queiroz, Anna Braga de Mattos, Januaria Westphalen, Amélia E. Coelho, Anna Lagos, Josefina Schimmelpfeng, Senhorinha Scheleder, Elvira V. Costa e Emília Rocha, sendo que

Rocha Pombo teria inclusive participação marcante nas associações fundadas na capital da província. No dia 19 de dezembro de 1886, foi criada em Curitiba uma associação de caráter científico-literário chamada “Arcadia Paranaense”, da qual o paranaense fez parte desde o seu início.<sup>22</sup> Segundo o manifesto de fundação dessa associação, o Paraná se tornaria mais civilizado na convergência entre os costumes, a raça e as riquezas naturais da província, sendo os seus integrantes favoráveis à abolição da escravidão.<sup>23</sup> Nas palavras de Rocha Pombo, a associação contou “com adesão e apoio de toda a elite intelectual de Curitiba” (MELLO, 2008, p. 58).

No dia 19 de dezembro de 1887, por exemplo, em sessão comemorativa da associação, o presidente da câmara de Curitiba na época, Ildefonso Pereira Correia, fez um discurso comprometendo-se a libertar o Paraná da escravidão – ou ao menos Curitiba – até o final do ano seguinte.<sup>24</sup>

Nesse momento, Rocha Pombo já estava morando na capital da província. Em novembro de 1887, ele havia fundado o periódico “Diário Popular”. Em sua edição nº 4, datada em 7 de novembro, foi publicada a ata da 1ª sessão de instalação da referida associação “Arcadia Paranaense”, realizada no dia 19 de dezembro de 1886, em que o paranaense aparece como sócio fundador e orador oficial da sociedade. No evento, foi registrada a presença de várias senhoras e de pessoas representando os periódicos “Dezenove de dezembro”, “Gazeta Paranaense”, “Echo Paranaense” e “Der Pionier”, além de representantes do “Club Republicano” e da “Associação Humanitaria Paranaense”,<sup>25</sup> o que evidencia, de fato, o expressivo envolvimento da população curitibana com a “Arcadia Paranaense” e com a causa abolicionista.<sup>26</sup>

A década de 1880, portanto, representou o período mais intenso das atividades do movimento abolicionista no Paraná. Os escravos fugidos eram vistos com simpatia e encontravam proteção entre as populações locais, os jornais não permitiam mais a publicação de anúncios de compra, venda ou fuga de escravos (MARTINS, 1995, p. 385-386), além de em vários deles serem publicados elogios às iniciativas de senhores que decidiam libertá-los.<sup>27</sup>

No período, eram realizadas também ações clandestinas a fim de orientar fugas coletivas de escravos. A sociedade secreta “Ultimatum” é exemplo de organização de resistência que atuava mesmo às margens da lei por todo o Paraná. Criada em 12 de junho de 1887 pelos

---

*algumas delas foram anunciadas como musicitas do concerto junto com outras mulheres. Também diz-se que a sociedade “confiando na generosidade e sentimentos humanitarios da distincta população de Curityba, espera, que a concurrencia a primeira festa que obsequiosamente lhe é offerecida, corresponda ao elevado fim a que se destina o beneficio”. Por fim, há a informação de que uma “commissão de Senhoras receberá na entrada as esportulas com que se dignarem contribuir as pessoas que concorrerem para abrilhantar a festa” (Dezenove de dezembro. Curitiba, p. 4. 31 out. 1883).*

*22 Dezenove de dezembro. Curitiba, p. 3. 16 dez. 1886.*

*23 Dezenove de dezembro. Curitiba, p. 6. 17 dez. 1886.*

*24 Dezenove de dezembro. Curitiba, p. 1. 21 dez. 1887.*

*25 Fundada em 1880 por paranaenses residentes no Rio de Janeiro, a “Associação Humanitaria Paranaense” notabilizou-se também por sua atuação em prol do movimento abolicionista. A título exemplificativo, destaca-se que, no dia 19 de dezembro de 1887, durante sessão comemorativa da instalação da província do Paraná, o Conselheiro Manoel Francisco Correia fez um discurso contra a escravidão, lembrando que em sessão no mês anterior os membros da associação haviam votado moção apelando ao governo provincial para que o Paraná fosse libertado da escravidão antes que a lei o fizesse (Commercial. Paranaguá, p. 1. 1 jan. 1888).*

*26 Diário Popular. Curitiba, p. 2-3. 7 nov. 1887.*

*27 Periódicos de todo o Paraná passaram a publicar notícias valorizando os proprietários que, por caridade, decidiam libertar os escravos. Cabe citar alguns dos exemplos mais expressivos encontrados: no dia 28 de setembro de 1884, na cidade de Curitiba, durante a inauguração da “Escola Oliveira Belo” foram concedidas liberdades a 67 escravos (MARTINS, 1995, p. 384-385); também no mesmo dia, em Paranaguá, há registro da libertação de 40 escravos pela “Sociedade Redenção Paranaense” (MARTINS, 1995, p. 386); em 12 de dezembro de 1884, foi noticiada a concessão de liberdades a 52 escravos no município de Palmeira, com a menção a cada uma das pessoas “benemeritas” que participaram desse ato (Dezenove de dezembro. Curitiba, p. 3. 12 dez. 1884); em 8 de janeiro de 1885, na cidade de Castro, consta registro de que em ocasião de batismo de um filho do Dr. Conrado Erichsen, que era um magistrado municipal, sua família concedeu 16 cartas de liberdade (Dezenove de dezembro. Curitiba, p. 3. 8 jan. 1885).*

aboliconistas Antonio Ricardo do Nascimento (presidente), José Celestino de Oliveira Júnior (secretário), dr. Francisco Itaciano Teixeira (orador), Joaquim Belarmino de Bitencourt (tesoureiro), Major Frederico Solon de Sampaio Ribeiro, capitão Gomes Pimentel, João Ferreira da Luz, Bernardino de Freitas Saldanha e Inácio Alves Correia Carneiro, seu propósito maior era “livrar o Brasil da mancha negra da escravidão” e, de qualquer forma, se opôr “aos castigos corporais indignamente aplicados aos míseros escravos, ainda que, se necessário for, lançando mão da força, não poupando sangue para conseguir fim tão nobre e justo” (MARTINS, 1995, p. 387).

Segundo Romário Martins, são conhecidas somente três atas da sociedade (além da reunião de fundação, foram realizados encontros em 30 de julho e 15 de agosto de 1887), a partir das quais se nota uma rede de articulação entre seus membros, que usavam “nomes de guerra” e estavam dispostos “a tudo sacrificar pela nobre ideia”. A sociedade possuía correspondentes em diferentes cidades, como Morretes, Campo Largo, Palmeira, Ponta Grossa, Cerro Azul e Paranaguá. Suas atividades envolviam, principalmente, apurar denúncias de maus tratos a escravos e, assim, dar apoio e proteção a suas fugas, transportando-os a Paranaguá para embarcá-los, por exemplo, a Santos e Montevideu, onde seus membros conheciam pessoas que apoiavam a causa abolicionista (MARTINS, 1995, p. 387-391).

Em Curitiba, nas vésperas da abolição, a expressiva maioria da população defendia, por meio de participações em eventos públicos e nas atividades das associações existentes, o fim da escravidão. Exemplo marcante disto foi a criação da “Confederação Abolicionista Paranaense”, uma associação fundada em 25 de março de 1888 que pretendia reunir os integrantes de todas as sociedades abolicionistas paranaenses, os representantes da imprensa e do comércio e, especialmente, a população como um todo. Era um grande projeto que selaria simbolicamente a libertação dos escravos na província.

Nessa data, na ocasião de fundação da confederação, reuniram-se em assembleia geral os integrantes do “Club Militar”, juntamente com “muitos cidadãos, representantes de varias associações e da imprensa”, com o fim de “promover a abolição total do municipio, por todos os meios legitimos”. O major Frederico Solon Sampaio Ribeiro e o major Antonio Gomes Pimentel foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da associação. Rocha Pombo, ocupando lugar de destaque nessa grande mobilização, tornou-se o orador oficial da confederação.<sup>28</sup>

No primeiro evento, todos os integrantes em unanimidade decidiram “aprovar, em nome da redacção ou da sociedade de que eram commissionedos todas as medidas que fossem necessarias para o triumpho completo da causa de que se tratava” e, ainda, resolveram que, “si por meios suasivos não se conseguir a liberdade de todos os escravizados da capital, se realizarão meetings e usar-se-ha de todos os meios que se offereçam para alcançar a victoria”.<sup>29</sup>

A sociedade paranaense, representada na capital, chegava ao ano de 1888 demonstrando de fato amplo apoio à causa abolicionista. Em 3 de abril, por exemplo, há o registro de algumas das associações que, reunidas no salão do “Club Militar”, fizeram parte da confederação, dentre elas a “Protectora dos Artistas”, o “Club Curitybano”, o “Club Republicano”, a “Beneficencia Italiana”, a “Nihilistas do Averno”, o “Club dr. Pedrosa” e o “Gremio Clarimundo Rocha”; mais tarde, naquele mesmo dia, também com representantes da imprensa, do comércio e de outras parcelas da população, esse grande grupo marchou pelas ruas da cidade até a câmara municí-

<sup>28</sup> *Dezenove de Dezembro. Curitiba, p. 2. 29 mar. 1888.*

<sup>29</sup> *A Republica. Curitiba, p. 2. 27 mar. 1888.*

pal, onde Rocha Pombo proferiu um discurso saudando todas as pessoas presentes”.<sup>30</sup>

É evidente, portanto, a importante posição que o paranaense ocupou dentro do movimento abolicionista em nível local. Escolhido como o orador oficial da confederação que reuniu todas as associações existentes no ano de 1888, em um momento em que o fim da escravidão era tido como inevitável pela maioria da população,<sup>31</sup> ele pôde, por meio de seus discursos, confluir os anseios de todas as pessoas que, desde o início de 1870, lutaram pelo movimento abolicionista na província.

Após a aprovação pelo senado brasileiro, no dia 13 de maio de 1888, da Lei nº 3.353, que com apenas dois artigos aboliu a escravidão no país, as festas e comemorações, intensificadas a partir de então, ocorreram nas ruas, por meio de eventos públicos, com a união das principais associações abolicionistas representadas nas atividades da confederação curitibana.

Com base nos relatos do periódico “Dezenove de dezembro”, a notícia da aprovação da lei foi recebida em Curitiba “com as mais inthusiasticas e patrioticas manifestações”: assim que chegaram os telegramas com a notícia, a “Confederação Abolicionista convidou o povo a illuminar as suas casas e as 6 horas da tarde, do dia 14, sahio uma imponente marcha civica, solemnizando o faustoso acontecimento”.

Na sequência, as mais diversas associações da capital celebraram o acontecimento: das janelas do “Club Militar” discursou o Sr. Gabriel Pereira, “que em frases cheias de patriotico jubilo felicitou o paiz, erguendo vivas á Serenissima Regente, ao gabinete e a todos os trabalhadores pela abolição”; do palácio do governo, pronunciou um discurso o presidente da província, Dr. José Cesário; das janelas do “Club Republicano” falaram o Dr. Eduardo Mendes e o Dr. Vicente Machado, “cujos discursos foram muito applaudidos e victoriados pelo povo”; da câmara municipal de Curitiba falou o seu presidente, Sr. Antonio Ricardo do Nascimento; da redação do “Dezenove de Dezembro” discursaram o Dr. Menezes Dória e, novamente, o Dr. Vicente Machado; da redação da “Gazeta Paranaense” falaram o Sr. Leoncio Correa e o Dr. Lamenha Lins; da redação do “7 de março” discursou o Dr. Justiniano de Mello; e ainda da redação do “Diario Popular” proferiu um discurso Rocha Pombo, dentre outros oradores de todas as demais associações da capital.

Da mesma forma, foram publicados telegramas que noticiaram os festejos em cidades por toda a província, como nos relatos de residentes em Paranaguá, Ponta Grossa e Antonina.<sup>32</sup>

Na edição seguinte, por fim, o “Dezenove de Dezembro” prosseguiu relatando as comemorações que ocorreram na capital. Em 16 de maio, à noite, realizou-se no teatro “São Theodoro” uma sessão magna da “Confederação Abolicionista” a fim de celebrar o fim da escravidão. Nessa ocasião, proferiram discursos Rocha Pombo, Menezes Dória, Vicente Machado, Gabriel Pereira, dentre outros. Mais tarde, o povo que acompanhava a sessão saiu às ruas em uma passeata cívica, com bandas de músicas e a iluminação de várias ruas.<sup>33</sup>

Feita, enfim, a abolição da escravidão no país, os adeptos da causa puderam se dedicar a outros assuntos e o movimento foi se dispersando e perdendo a sua uniformidade.

<sup>30</sup> *A Republica. Curitiba, p. 3. 3 abr. 1888.*

<sup>31</sup> *Em 5 de abril de 1888, por exemplo, o “Dezenove de dezembro” fez elogios à fala de Rocha Pombo, que havia discursado “enthusiasticamente sobre a causa santa da abolição”, e relatou que, na capital da província, o abolicionismo triunfava por toda a parte (Dezenove de dezembro. Curitiba, p. 2. 5 abr. 1888).*

<sup>32</sup> *Dezenove de dezembro. Curitiba, p. 2. 16 mai. 1888.*

<sup>33</sup> *Dezenove de dezembro. Curitiba, p. 2. 19 mai. 1888.*

Diante dessa grande campanha paranaense, que teve duração entre os anos de 1870 e 1888, vale sublinhar algumas de suas características mais importantes. As fontes examinadas na pesquisa parecem apontar para uma composição eminentemente elitista do movimento abolicionista na província, tendo em vista que as lideranças das principais associações da época dividiam-se, em sua maioria, em cargos públicos, mandatos políticos e nas redações dos periódicos locais.

Suas principais estratégias de mobilização envolviam a organização de eventos públicos, como festas de caridade, conferências cívicas, reuniões e concertos, assim como a própria ocupação das ruas, nas quais se organizavam marchas, passeatas e concentrações. Para manter-se unido, a partir do vínculo entre grupos antigos e outros mais novos ou entre os grupos do interior e os da capital, o movimento se apresentava como suprapartidário, independente do governo e com um propósito maior: a libertação completa da província dos males da escravidão.

Dessa forma, foi possível tornar a escravidão um assunto onipresente nos debates públicos, quando antes era instituição invisível e naturalizada no ambiente doméstico das famílias de elite. O movimento fortaleceu-se somente a partir do momento em que as estratégias de atuação efetivamente preencheram o ambiente público, as ruas e os espaços que poderiam ser vistos por toda a sociedade – não apenas fisicamente, como praças e prédios públicos onde foram realizadas conferências e passeatas, mas também simbolicamente, por exemplo as manchetes e os anúncios dos principais jornais da província, que eram lidos diariamente por todos os seus assinantes. A ocupação do espaço público, portanto, foi essencial para a difusão dos ideais abolicionistas e, conseqüentemente, para o enfraquecimento da escravidão na província do Paraná.

## **A INTEGRAÇÃO DO “ELEMENTO AFRICANO” NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

Apresentado o lugar de destaque que Rocha Pombo teve no movimento abolicionista paranaense, cabe agora analisar de que modo ele entendia a trajetória da população negra no país, desde que os negros começaram a ser transportados da África para o Brasil, no século XVI, até as vésperas da abolição da escravatura.

Inicialmente, no prefácio ao primeiro volume de sua obra “Historia do Brazil”, datado em maio de 1905, Rocha Pombo se dedica a explicar qual era a concepção de história que possuía, além de esclarecer como escreveria a história do país. Para o paranaense, o gênero humano seguiria uma história linear e evolutiva. Mesmo que existissem sociedades que deixaram de progredir ou que se dissolveram, “o espirito que vai vencendo a natureza é cada vez mais forte e mais brilhante”. Assim, o homem, enquanto um ser abstrato, viveria uma ordem progressivamente mais perfeita, sendo “cada vez mais sabio, mais poderoso e mais bello”, e dessa forma caminharia a história. Na sua visão, tratava-se de um “princípio da ordem universal” inquestionável: “a luz indecisa que se vem fazendo desde o alvorecer dos tempos, se ha de fazer cada vez mais intensa até a larga claridade e esplendor dos nossos dias” (POMBO, 19--., vol. I, p. VII; XV).

Nesse sentido, aos historiadores caberiam o estudo da essência de cada povo, sendo que ela somente poderia ser bem compreendida em longos períodos, os quais permitiriam “destacar bem o sentido dos acontecimentos”. Como essência de um povo, Rocha Pombo entendia por exemplo os seus costumes, a sua legislação, as suas opiniões e tendências, a sua moral e a sua riqueza. No entanto, segundo a sua visão, todas as nações americanas, incluindo o Brasil,

não teriam história, visto que não possuíam um extenso período de existência, estando na época ainda sentindo os males do regime colonial (POMBO, 19-- , vol. I, p. XIX-XX; XXII).

A partir disso, são apresentados os dois principais fatores das desigualdades que existiam entre diferentes civilizações: o homem e a terra. Nesse momento, Rocha Pombo começa a trazer à tona a noção de raça em suas análises históricas. Ele escreve:

É fácil de ver que si no meio da mesma natureza se abandonassem tres individuos, cada um com o maximo de aptidões características e proprias da respectiva raça, mas um – inglez, outro – syrio e o terceiro – chim: é fácil de imaginar que esses tres individuos não seguiram o mesmo caminho nem venceriam essa natureza do mesmo modo e com igual successo. (POMBO, 19-- , vol. I, p. XXIII).

A respeito do homem brasileiro, este seria produto de três raças inteiramente diversas: duas delas seriam subalternas – “a amarella que aqui encontramos e a negra que foi importada” – enquanto a raça europeia, que se transportou espontaneamente para as terras novas, formaria a classe diretiva (POMBO, 19-- , vol. I, p. XXIV). Rocha Pombo, desse modo, começava a dar indícios de uma perspectiva eurocêntrica da história, segundo a qual a civilização europeia estaria no topo de desenvolvimento do gênero humano e, portanto, seria superior em relação às nações de outros continentes, como a América e a África, inclusive em termos morais.

Segundo Amy Allen, narrativas históricas que sustentam o progresso contínuo e linear em longos períodos sempre são contadas a partir de um ponto de vista particular e, por isso mesmo, não são neutras. Considerando que este ponto de vista é muitas vezes o ocidental, não é surpresa que tais narrativas apresentem uma perspectiva eurocêntrica (ALLEN, 2016, p. 29).

Dessa forma, a história acaba reduzindo-se a um conjunto de fatos pré-estabelecidos por um imperativo político-moral, isto é, a noção de progresso, pois é este o critério utilizado para diferenciar a Europa, evoluída e civilizada, das outras regiões do mundo, irrelevantes para o estudo da história (ALLEN, 2016, p. 33-34).

Não à toa, no segundo volume da “Historia do Brazil”, em capítulo intitulado “O elemento africano”, no tópico de nome “A indole do negro”, Rocha Pombo se baseia exclusivamente em autores europeus, que viajaram por algumas regiões da África, para estudar a história das populações desse continente antes do início do tráfico de escravos no Brasil. Nesse trecho da obra, por exemplo, foram principalmente utilizados os seguintes autores, todos britânicos: David Livingstone (1813-1873), Verney Lovett Cameron (1844-1894) e Henry Morton Stanley (1841-1904).

Com base em relatos de escritores europeus que decidiram contar a história dos povos africanos, sem qualquer participação destes, Rocha Pombo decide, ele também, descrever e analisar qual seria a “constituição moral do negro” que foi transportado de sua realidade própria e específica para um país totalmente desconhecido, o Brasil.

O paranaense entendia que “o negro tem mais veneração e mais sentimento de hierarquia” se comparado ao “selvagem americano” que foi encontrado pelos portugueses na chegada às terras brasileiras. Visto em vários pontos da África, ele parecia “perfeitamente resignado na sua miséria” e, além disso, mostraria-se como “a creatura humana mais vil e abjecta de que ha noticia em todos os tempos e em toda a terra”. Inclusive, Rocha Pombo chega a dizer que os povos africanos, comparados a um “pacífico rebanho”, não teriam nem mesmo sensibilidade para a dor física (POMBO, 19-- , vol. II, p. 410-411).

Contudo, por outro lado, ele também identifica “qualidades excellentes” na índole do negro africano. Este, por exemplo, “ama o seu semelhante e por elle revela uma solitudine verdadeiramente fraternal”, “tem espirito de caridade admiravel”, “venera os velhos e rende culto aos antepassados”, além de ter “um sentimento profundo do bem e da justiça”. Vale ressaltar, porém, que as ditas qualidades estão necessariamente ligadas à noção de submissão e resignação que apresentaria essa raça, na visão do autor (POMBO, 19-- , vol. II, p. 416).

Rocha Pombo, aliás, cita o relato de um viajante português, Alfredo de Sarmiento, presente no livro “Os sertões d’Africa (apontamentos de viagem)”, publicado em Lisboa no ano de 1880, segundo o qual “o preto de si é docil, convence-se com a razão, e, tratando-o bem, alcança-se delle tudo quanto se quiser. Tributa em grande respeito aos brancos, sem contudo revelar sentimento de medo. Vive entre os brancos com a maior franqueza, fazendo mil perguntas sobre tudo quanto vê” (POMBO, 19-- , vol. II, p. 416-417).

Sendo assim, à raça africana é atribuído um caráter docilizado. Segundo o paranaense, na alma dessa raça, constituindo-lhe “o fundo talvez de toda a sua psychologia”, estaria o instinto de veneração (POMBO, 19-- , vol. II, p. 423-424). Lembrando, por exemplo, os relatos do já citado viajante britânico Livingstone, ele ressalta que um presente insignificante dado a um africano seria o meio de conquistá-lo para sempre (POMBO, 19-- , vol. II, p. 431-432).

Em síntese, as grandes qualidades do negro seriam a fidelidade, o sentimento do dever, “a assombrosa resignação na desgraça”, uma “immensa affectividade” e, por fim, “essa grande virtude do selvagem – o inverosimil estoicismo na dôr”. Com essas características, acreditava-se que ele teria saído da África e vivido no Brasil um “longo martyrio pelo qual entrou na historia” (POMBO, 19-- , vol. II, p. 432-433).

Rocha Pombo faz então uma ressalva: o africano não seria inferior às outras raças, mas estaria apenas em uma condição de inferioridade por circunstâncias excepcionais do seu destino, notadamente “o infortunio de haver, tão tarde e ainda pela escravidão, entrado com as raças superiores do occidente numa concorrência que por isso mesmo se tornou para o negro esmagadora” (POMBO, 19-- , vol. II, p. 434).

Nesse mesmo sentido, em outro capítulo da obra chamado “Os diversos elementos do complexo ethnico”, no tópico de nome “Condições em que se fez o caldeamento geral”, discorre-se sobre o modo como foi realizada a fusão das três raças que teriam formado a população brasileira: a branca, a negra e a indígena.

Para o autor, os europeus não teriam conquistado propriamente o território brasileiro no sentido de um “apossamento do solo com repulsa e expulsão dos que o occupavam”. Na verdade, teria ocorrido “um encontro, um concurso, uma cooperação de raças”, isto é, “uma obra, nos seus resultados, legitima perante a historia”. Rocha Pombo, assim, retira da história da formação das populações no país qualquer traço de violência ou dominação (POMBO, 19-- , vol. II, p. 30). Segundo ele, para que o historiador avaliasse corretamente a fusão que se deu entre esses povos, deveria antes de tudo se perguntar:

I – Os aborígenes americanos eram capazes de, só por si, isolados da corrente classica, fazer em 4 seculos o que fizeram seus descendentes incorporados em nossa civilização?

II – Devem julgar-se mais felizes os que protestaram fugindo para os sertões, do que os outros que, pelo martyrio da servidão, se ligaram á raça branca? (POMBO, 19-- , vol. II, p.

A resposta às questões seria simples. O fato dos povos indígenas e africanos terem saído, em apenas quatrocentos anos, “da nomadia para a perfeição do estado social em que se encontram hoje os povos do Ocidente” seria a comprovação de que o encontro com os europeus foi benéfico às duas raças. O paranaense esclarece, inclusive, que o que fez a raça branca não foi mais do que reduzir todos os vários esforços e sofrimentos que passariam os outros povos caso construíssem uma cultura e uma civilização por conta própria” (POMBO, 19--, vol. II, p. 30-31).

Quanto aos indígenas, Rocha Pombo sustenta que somente os que foram submetidos à escravidão entraram na composição geral do povo brasileiro. Por conta disso, o que havia de “viril” e de “heroico” no sangue dos homens americanos manteve-se fora da fusão, mas “a porção menos resistente e mais submissa”, isto é, na sua visão, as mulheres e crianças indígenas, representaram o nexos com a raça europeia (POMBO, 19--, vol. II, p. 28-29). A raça africana, contudo, se havia sofrido mais nessa fusão, pôde utilizar-se de sua natureza resignada para ser incorporada mais amplamente à composição étnica do país:

O negro, no entanto, é forçoso reconhecê-lo, padeceu muito mais. E tanto que nas proporções do seu padecimento, fez elle, mais resoluto e mais ufano mesmo, o seu noviciado de dôr na historia do Novo Mundo. Por isso foi a raça negra mais feliz na America do que a raça aborigena: a sua incorporação foi mais perfeita e o concurso que lhe devemos é infinitamente mais vasto. (POMBO, 19--, vol. II, p. 32).

Nessas condições, portanto, teria ocorrido a formação do povo brasileiro: a raça branca, “superior, entrou como dominadora: apossou-se da terra e da riqueza, fez a ordem politica e deu direção ao espirito nacional”, enquanto que as outras duas raças permaneceram subalternas e degradadas – “uma pela opressão humilhante; outra pelo captiveiro” (POMBO, 19--, vol. II, p. 32).

A violência empregada nesse processo, dentro de alguns limites, seria necessária na medida em que o europeu precisava controlar e conduzir o indígena e o africano em direção à construção de uma nova civilização na América; seria o caso, ainda assim, “de um perfeito congraçamento com os proprios subjugados” (POMBO, 19--, vol. II, p. 579-580).

Vale sublinhar, inclusive, que Rocha Pombo parecia sofrer uma espécie de “enfeitamento à distância”, nos termos propostos por Franz Fanon (2008, p. 38-39), visto que a Europa, para ele, aparentava ser o único palco onde a verdadeira cultura floresceria e de onde saíam os principais pensadores da época, ou seja, não restaria nada a se valorizar para além das metrópoles europeias, onde todos os aspectos civilizatórios da humanidade se aperfeiçoavam.

Como um “intelectual colonizado” (FANON, 1968, p. 35), o paranaense acreditava que os valores cultuados pela Europa eram superiores e universais, situando-os no auge de uma escala evolutiva. Por conseguinte, esse pensamento impossibilitava a ascensão, nos países distantes das metrópoles, de qualquer ideia que divergisse dos padrões estabelecidos pelo homem branco e europeu. O que significou, aliás, a opressão generalizada de culturas locais e uma verdadeira “petrificação do indivíduo”, isto é, as pessoas ficam presas a valores universais e abstratos, sem que seja possível desenvolver suas subjetividades próprias (FANON, 1968, p. 73).

Às culturas periféricas, invisibilizadas na história evolutiva da humanidade, restaria um papel subalterno na integração com a cultura europeia. Rocha Pombo, por exemplo, dá a sua

visão detalhada de como teria ocorrido o processo de abolição no Brasil, do qual – como foi visto – ele mesmo participou com lugar de destaque no âmbito local, ou seja, o processo pelo qual a raça negra teria efetivamente se integrado à sociedade brasileira e, portanto, pela primeira vez entraria para a história do país.

Nesse sentido, importa sublinhar alguns dos aspectos expostos ainda no capítulo intitulado “O elemento africano”, mas agora no tópico de nome “Protestos da raça contra a escravidão” (POMBO, 19-- , vol. II, p. 558-571).

Segundo Rocha Pombo, para que chegasse à história e se consolidasse na sociedade brasileira, o escravo não teve outra saída senão passar por um longo “noviciado de maldição e de dôr” (POMBO, 19-- , vol. II, p. 560). Logo que chegou ao Brasil e foi submetido ao cárcere, ele teria protestado principalmente “pelas lágrimas, pelo confrangimento e pelo suicídio”, isto é, reações ainda muito atreladas à sua natureza supostamente dócil e resignada. Em um segundo momento, porém, “passado o susto da catastrophe, recuperando, pôde-se dizer, os sentidos – protestou pela fuga, pela revolta, pela insurreição”. Nesse ponto, o escravo adota uma nova postura, “herto e sinistro, dubio e como que assombrado de si mesmo”, de tal forma que, até o fim do século XVIII, em todas as fazendas e engenhos do país “o grande terror das famílias foi o *negro fugido*” (POMBO, 19-- , vol. II, p. 563-564; 567).

No entanto, a efetiva libertação de sua raça viria somente em uma terceira fase, já durante o século XIX, quando ele teria aceitado de fato os processos da história e, assim, ganhava condições de se reconciliar com o seu destino (POMBO, 19-- , vol. II, p. 571). Enquanto permanecia no cativeiro resignado e sem qualquer ímpeto de fuga ou revolta, nascia aos poucos no escravo “uma confiança até ali desconhecida” diante de seu senhor: com ele, já não se sentia mais inquieto; “antes procura-lhe o convívio, aceita-lhe, de alma aberta, a direção moral, as inspirações, os estímulos” (POMBO, 19-- , vol. II, p. 569). É assim que Rocha Pombo descreve essa terceira e última fase de integração do escravo na sociedade brasileira:

É agora que o negro faz verdadeiramente o noviciado da sua redenção social, pois que até a vespera elle só se havia adaptado á terra. Só agora é que elle se surpreende da propria sina, como si estivesse diante de um milagre; e dir-se-ia que, esquecido da longa noite, tinha os olhos voltados para a aurora nascente. E é então que elle vai ver como no Brazil, ao cabo da dolorosa collisão, o branco se achou a seu lado. (POMBO, 19-- , vol. II, p. 569).

O negro, então, somente pôde se libertar de sua sina na história a partir do momento em que percebeu que o branco estaria a seu lado, disposto a abrir-lhe as portas da sociedade; formando, assim, uma “perfeita aliança moral” (POMBO, 19-- , vol. II, p. 569). No entanto, deve-se sublinhar que nessa aliança, como foi visto, os dois não estariam no mesmo patamar, cabendo àquele aceitar de alma aberta a direção moral e os estímulos deste. Nem mesmo em seu processo de libertação, portanto, o negro teria posição autônoma e protagonista.

Para o autor, a formação do país se deu no contraste entre as raças. Todos os sofrimentos e dores pelos quais o negro passou, porém, foram deixados para trás com o processo de abolição da escravidão: “o que ficou foi o absoluto esquecimento de tudo: ninguém se lembra de que entre os antepassados houve algozes e victimas” (POMBO, 19-- , vol. II, p. 569). Afinal, considerando que a história seguia sempre uma escala evolutiva, importava destacar naquele momento que o branco e o negro se tornavam enfim aliados na constituição da nação, sendo

irrelevantes os erros e a injustiça que existiram em tempos passados. O futuro, dessa forma, estaria assegurado.

Rocha Pombo apresenta uma compreensão da história compatível com as máximas do evolucionismo social, corrente teórica do final do século XIX que, segundo Lilia Moritz Schwarcz, sustentava que “as raças humanas não permaneciam estacionadas, mas em constante evolução e aperfeiçoamento” (2019, p. 25), de modo que termos como “civilização” e “progresso” eram entendidos não como conceitos específicos de uma determinada sociedade, mas como modelos universais de classificação da humanidade (2019, p. 75). Nesse sentido, na visão do paranaense, seria possível confiar em um futuro para o país porque todas as sociedades, cada uma a seu próprio tempo, caminhariam sempre em direção a estágios superiores de civilização.

Como foi visto, durante os primeiros séculos de formação do Brasil, de um lado, à raça europeia, representante do mais alto patamar civilizatório na história, caberia a direção e a condução do país, de outro lado, às raças africana e indígena, em condição inferior e subalterna, resignadas e dóceis, seria dada a função de obedecer e seguir as instruções que recebesse. Tal aproximação, por vezes violenta mas ainda assim legítima, constituiu a base da formação do povo brasileiro.

Sendo assim, Rocha Pombo descreveu o movimento abolicionista a partir da mesma lógica de compreensão. Quando o escravo se deu conta de que deveria aceitar espontaneamente os conselhos e as direções de seu senhor, que na verdade estaria ao seu lado, foi possível formar uma aliança moral profunda e, dessa forma, realizar no país a sua libertação. Ou seja: em fins do século XIX, o país só pôde avançar em seu estágio civilizatório, quando, de um lado, o passado de violência e dominação foi apagado da história, e, de outro, o negro manteve-se em seu papel de submissão diante da raça branca.

Nesse momento da história brasileira, então, o senhor ressurgiu não como um cruel opressor, mas como um aliado pacífico, capaz de escutar e à sua maneira trazer à tona, no espaço público, os anseios e aflições dos escravos. Seria ele o legitimado para dar voz à população negra, afinal, segundo Rocha Pombo, esta ainda não teria condições de pensar por conta própria e de trilhar os seus próprios caminhos e lutas.

Sob as lentes do paranaense, portanto, é possível dizer que o movimento abolicionista contribuiu para a integração do negro à sociedade brasileira, mas não foi capaz de dar-lhe autonomia durante esse processo e, tampouco, de reconhecê-lo em todas as suas necessidades e potencialidades. O seu futuro continuou nas mãos dos antigos senhores brancos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelos relatos específicos de um importante personagem do movimento abolicionista paranaense, José Francisco da Rocha Pombo, foi possível compreender as suas motivações e opiniões sobre a temática enquanto participava das cerimônias públicas, proferia discursos nas associações abolicionistas e escrevia artigos nos jornais.

É razoável pensar que a compreensão de mundo de apenas um adepto da causa abolicionista, vindo de uma província ao sul do império brasileiro, não traduz todas as aspirações do movimento e, tampouco, as ideias e interesses de cada um de seus integrantes. No entanto,

acredita-se que sua específica compreensão a respeito da formação do povo brasileiro ao longo dos séculos, pela confluência das raças negra, indígena e branca, pode fornecer alguns indícios sobre como o imaginário brasileiro no final do século XIX entendia a integração da população negra à sociedade a partir da abolição da escravidão.

Profundamente influenciado pela categoria de “raça”, Rocha Pombo defendia que as pessoas estariam sempre sujeitas à índole e à composição moral da raça à qual pertenciam, com pouco espaço para a autonomia individual. Discorrendo sobre cada uma das raças que participaram da história do país, ele partia de concepções universalizantes e totalizantes para caracterizar três sujeitos abstratos - o branco europeu, o selvagem americano e o negro africano – que representariam as milhares de pessoas que, por quatro séculos, viveram no Brasil.

Contudo, segundo Rosine Kelz, o pensamento político e moral não pode se estruturar a partir de categorias essencializantes e pretensamente neutras, já que cada sociedade ou organização política possui suas particularidades e está sujeita às contingências da história. Nesse sentido, qualquer formulação do gênero acaba necessariamente dividindo – e portanto excluindo – parcelas da população que não se adaptam aos padrões elencados, de modo que, de um lado, são postos os “humanos”, isto é, aqueles sujeitos cujos direitos e aspirações são reconhecidos no espaço público, e, de outro lado, excluídos do domínio político, estão os “não-humanos” (KELZ, 2016, p. 10-14).

Da mesma forma, para Oliver Marchart, a atividade social e política não se dá em uma espécie de vácuo, mas é sempre objeto de constantes disputas e conflitos entre diferentes pensamentos e tradições e, por isso mesmo, nenhuma sociedade verdadeiramente aberta e plural pode se fundar em conceitos vagos e imutáveis que prescrevem ações e determinam comportamentos (2007, p. 3-4).

O sujeito abstrato e universal, para Rocha Pombo, baseava-se no homem branco e europeu. Era ele que representava o nível mais alto de civilização na história da humanidade, de modo que todos aqueles que não se encaixassem nessa caracterização, como os povos negros e indígenas, eram inferiorizados e relegados às margens.

Diante disso, uma visão crítica da história, nos termos propostos por Judith Butler, não deve simplesmente negar ou repudiar as concepções eurocêntricas e totalizantes, mas deve questionar “a sua construção como uma premissa oferecida de antemão” (2018a, p. 73). É preciso, assim, defender uma sociedade que se constitua a partir de variados e contínuos atos de fundação e refundação (MARCHART, 2007, p. 155), evitando que persista alguma “forma ideal do humano que sempre implique formas inferiores do mesmo”, isto é, “que torne invisíveis modos de vidas que não podem ser traduzidos nesse modelo, tornando-os certamente menos vivíveis em vez de mais vivíveis” (BUTLER, 2018b, p. 122).

Dizer que a sociedade brasileira como um todo, em fins do século XIX, seguia as mesmas opiniões do paranaense vai além dos propósitos dessa pesquisa e, em si mesma, seria uma afirmação universalizante. Porém, conforme visto, Rocha Pombo tinha grande apreço pela cultura europeia, convivia com membros da elite nas associações abolicionistas de sua província, participava da imprensa local e mantinha contato com membros do governo, ocupando inclusive o cargo público de deputado provincial. Nesse sentido, ele influenciou e foi influenciado por seus contemporâneos. A sua trajetória biográfica e as ideias expostas em suas obras, portanto,

podem trazer alguns vestígios sobre como a sociedade da época se comportava em relação às populações marginalizadas.

## REFERÊNCIAS

ALLEN, Amy. *The end of progress: decolonizing the normative foundations of critical theory*. New York: Columbia University Press, 2016.

ALVES, Alessandro Cavassin. *A província do Paraná (1853-1889): a classe política. a parentela no governo*. 2014. 495 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

BEGA, Maria Tarcisa Silva. *Letras e política no Paraná: simbolistas e anticlericais na República Velha*. Curitiba: Editora UFPR, 2013.

MELLO, Sílvia Gomes Bento de. *Esses moços do Paraná... Livre circulação da palavra nos albores da república*. 2008. 314 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

BUTLER, Judith. *Fundações contingentes: feminismo e a questão do “pós-modernismo”*. In: BENHABIB, S. *et al.* (Ed.), *Debates feministas: um intercâmbio filosófico*. São Paulo: Editora UNESP, 2018a. p. 67-85.

\_\_\_\_\_. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018b.

FANON, Franz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

\_\_\_\_\_. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

KELZ, Rosine. *The non-sovereign self, responsibility, and otherness: Hannah Arendt, Judith Butler, and Stanley Cavell on Moral Philosophy and Political Agency*. New York: Palgrave Macmillan, 2016.

MARCHART, Oliver. *Post-Foundationalism Political Thought: political difference in Nancy, Lefort, Badiou and Laclau*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.

MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

PILOTTO, Osvaldo. *Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954)*. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1976.

POMBO, José Francisco da Rocha. *Historia do Brazil (illustrada)*. Vol. I. Rio de Janeiro: Typ. a vapor da Empresa Litteraria e Typografica, [19--].

\_\_\_\_\_. *Historia do Brazil (illustrada)*. Vol. II. Rio de Janeiro: Typ. a vapor da Empresa Litteraria e Typografica, [19--].

SEELANDER, A. C. L. *A longa sombra da casa: poder doméstico, conceitos tradicionais e imaginário jurídico na transição brasileira do antigo regime à modernidade*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 473, 327-424, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

VICTOR, Nestor. Obra crítica de Nestor Vitor. Vol. III. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1969.